



Estrutura produtiva de Alagoas: O movimento da especialização regressiva (1985-2010)

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Resumo

O referido artigo tem como objetivo analisar a estrutura produtiva de Alagoas, no período de 1985 a 2010. Para tanto, irá recuperar historicamente alguns elementos da economia alagoana, utilizando-se do método histórico-estrutural aplicado à análise regional. Com base nas análises realizadas, podemos concluir que há um processo de especialização regressiva em voga na economia alagoana, em consonância com o movimento nacional da (re)primarização da pauta exportadora, dado a elevada participação do setor de bens de consumo não duráveis em detrimento de setores mais dinâmicos. Em Alagoas, esse movimento é fruto da perpetuação e fortalecimento do grupo político-econômico-social, os usineiros, na regência das relações (ou a ausência delas) capitalistas e industriais de produção.

Palavras-chave: Especialização Regressiva; Políticas regionais; Desconcentração industrial; Alagoas.

1 Introdução

A economia alagoana, até a década de 1970, apresentou as mesmas características da sua formação originária, baseada na agroindústria açucareira, na pecuária extensiva e no segmento têxtil-algodoeiro. A partir deste período, houve alguns “ensaios” de mudanças na estrutura produtiva estadual, com crescimento relativo do setor industrial, principalmente do setor químico, por meio das políticas de desenvolvimento regional, cujo objetivo era complementar e expandir o parque industrial nacional.

Essa expansão da indústria alagoana, no entanto, não perdurou muito tempo. A estagnação da economia brasileira, na década de 1980, a queda dos investimentos públicos, a maturação dos projetos desenvolvidos até então e a combinação da abertura comercial com a reestruturação produtiva dos anos 1990 impuseram novos (velhos) condicionantes à dinâmica produtiva alagoana. A partir de 2004, no entanto, a economia brasileira mostrou alguns sinais de recuperação, capitaneada pela expansão do consumo, decorrente da recomposição parcial do salário mínimo e das aposentadorias, das políticas sociais de transferência de renda, e das exportações de *commodities*, estimuladas pela elevação dos preços internacionais e pela expansão da demanda chinesa; Apesar da ascensão da economia brasileira, as evidências não confirmaram a trajetória esperada e não se traduziram em resultados significativos na geração de emprego e renda para a



população local, principalmente porque era um crescimento atrelado ao setor externo, no caso alagoano baseado na produção de açúcar e álcool. O que se observou foi a *especialização regressiva* da economia alagoana nos anos recente e, dialeticamente, a proeminência do setor de serviços na expansão do produto interno, como consequência do desmonte das políticas industriais e da centralização da produção no setor agroindustrial sucroalcooleiro.

Tendo em vista estes fatos, o presente artigo se propõe a analisar a evolução mais recente da economia alagoana, principalmente no que se refere à expansão dos serviços, à concentração de renda e fundiária e a especialização regressiva.

Além desta introdução, o presente artigo possui mais três seções. A segunda seção faz uma análise da evolução da indústria brasileira e seus fatores de concentração e desconcentração, de 1930 a 1985. A seção 3 aponta para os principais resultados encontrados referentes à questão da economia alagoana e o movimento regressivo em voga em sua estrutura produtiva. A seção 5 apresenta as principais conclusões.

2 O processo de concentração e desconcentração produtiva revisitado

Até 1930, a economia brasileira era de caráter primário-exportador, majoritariamente produtora de commodities, e cada região apresentava uma trajetória econômica autônoma, seguindo a demanda externa, sem integração entre elas. Essa não vinculação comercial e produtiva entre as regiões do país é o que Oliveira (2005) chama de “arquipélagos regionais”, visto que cada uma compunham, metaforicamente, arquipélagos separados e sem conexões entre si. Esse quadro começou a ser modificado a partir do aumento das relações econômicas entre São Paulo (centro) e o resto do Brasil (periferia), decorrente do avanço da indústria.

A superação nacional da economia primária-agroexportadora para economia urbano-industrial só é atingida após a grande depressão de 1929, o que Furtado (2006) denomina como: “o deslocamento do centro dinâmico”. A mudança a que se refere Furtado é a transferência entre aquela que havia sido a principal atividade econômica brasileira, o setor agrícola vinculada ao mercado internacional, para o novo setor dinâmico do país, o industrial. Foi criada uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a formação do capital vinculado ao mercado interno. A partir desse momento, a economia de



São Paulo, dado os fatores pretéritos de avanço das forças capitalistas e industriais¹, comandaria a tônica do mercado nacional, tornando-se o centro da acumulação de capital industrial e força propulsora do processo de industrialização do país. Era iniciado o processo de integração do mercado nacional e avanço do desenvolvimento industrial do Brasil (Cano, 2007).

A liderança de São Paulo na indústria nacional e no comando do processo de integração causou três efeitos distintos: do estímulo², da destruição³ e de bloqueio⁴ (Cano, 2007). Tais efeitos tiveram influências diretas nas demais regiões brasileiras, que no período de 1930 a 1956, período da industrialização restringida⁵, estavam vinculados pelos laços comerciais entre São Paulo e as demais regiões. Ou seja, havia uma predominância do efeito de complementariedade, já que além de vender mais para São Paulo as regiões periféricas também compravam mais de São Paulo, beneficiando a indústria e a integração do país como um todo, ainda que via articulação comercial. Este padrão de acumulação baseado na articulação mercantil é modificado no período entre 1956-1970, a partir do Plano

¹ Para Cano (2007) e Mello (1998), o início da indústria paulista foi decorrente do transbordamento de capitais cafeeiros, que diversificaram seus investimentos e passaram a aplicar os recursos em outras atividades. Neste cenário, alguns outros fatores foram fundamentais para a expansão da indústria localizada em SP, como a construção e o desenvolvimento das ferrovias, que além de interligar as regiões do estado facilitavam o escoamento da produção, ao mesmo tempo em que diminuía os custos de transporte; a utilização de mão-de-obra estrangeira, mais qualificada e com maiores demandas por bens industriais; a importação de máquinas e equipamentos, elevando a produtividade do trabalho; a diversificação dos seus campos agrícolas, para o cultivo de outras culturas, permitindo o abastecimento alimentar do fluxo industrial pujante; e o fortalecimento do sistema bancário nacional, que fortalecia o setor industrial.

² Os efeitos de estímulo estavam vinculados à necessidade de complementariedade que a indústria paulista requeria, isto é, ao expandir sua produção aumentava, também, a demanda por alimentos e insumos não encontrados no próprio estado.

³ O efeito de destruição é consequência da concorrência industrial entre as demais regiões do Brasil. Após o período de modernização do parque industrial (pós 1930), algumas regiões passaram a ser mais produtivas e, conseqüentemente, ganhavam mercado frente ao declínio de outras. Ou seja, aquelas regiões em que ainda havia indústrias carentes de tecnologia e que não se reequiparam sofreram com a forte concorrência dos demais estados que importaram máquinas, equipamentos e ganharam mercado ante a destruição da indústria obsoleta.

⁴ O efeito do bloqueio decorre do domínio paulista sobre a indústria nacional. Como São Paulo era mais avançado em termos tecnológicos e incorria em economias de escala, então isso significava que detinha grande poder de mercado, comandava a industrialização nacional e bloqueava o surgimento de atividades na periferia que já estivessem instaladas na sua pauta de produção.

⁵ Para Mello (1998), industrialização restringida é aquela cuja dinâmica de acumulação mostrava-se de forte dependência com o setor exportador e se baseava na expansão industrial, cujas bases técnicas e financeiras eram ainda insuficientes para implantar o núcleo fundamental da indústria de bens de produção.



de Metas⁶ (1956-1960), quando houve a ampliação do parque industrial nacional e da capacidade produtiva do setor de bens intermediário e bens de consumo duráveis e de capital. Essas mudanças representaram um importante salto tecnológico e a interligação dos investimentos produtivos realizados. As novas características da indústria configuravam o processo da “industrialização pesada”⁷, e com ela aumento do processo de concentração industrial em São Paulo (Mello, 1998).

Contudo, ao final da década de 1950 e meados dos anos 60, os desequilíbrios regionais de produção, a seletividade dos investimentos; a concentração econômica e industrial em São Paulo; a grande seca nordestina de 1958; os elevados gastos na construção de Brasília; a divulgação das Contas Nacionais (1951) e Regionais (1952), que escancarava as diferenças regionais de investimentos, renda e emprego; os baixos índices econômicos do Nordeste; o aumento da insatisfação popular; e a expansão das Ligas Camponesas, influenciadas pelo avanço da revolução cubana (1959), na sua luta pela reforma agrária, fizeram surgir a chamada “*questão regional*”. A *questão* passou a ser tema de destaque no cenário político-econômico nacional. Tal preocupação contribuiu para a diversificação dos investimentos públicos para além do estado de São Paulo, com o intuito em reduzir os desequilíbrios regionais do Brasil (Araújo, 1997).

Essa política induzia os investimentos nas regiões periféricas. Ela visava o crescimento econômico, a industrialização nas regiões mais atrasadas e a complementação do parque industrial nacional. Com isso, nesse período (1960-1985), foi impulsionada, por meio das políticas de desenvolvimento regional, a desconcentração industrial.

Contudo, após as décadas de 1980/90, o padrão de acumulação e da desconcentração produtiva foi alterado, não mais situado na esfera dos investimentos públicos ou pela complementaridade paulista, como havia sido desde 1930. Dois autores vão intensificar seus estudos nesse comportamento regional, cada um se ocupando de uma década distinta. Entre os principais estão: Clélio Campolina Diniz (1993) e Carlos Américo

⁶ O Plano de Metas foi um importante programa de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek, na forma de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, que daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores. O plano contou com o apoio de setores da sociedade, incluindo os militares, os empresários e sindicatos trabalhistas.

⁷ Para Mello (2009), *industrialização pesada* é quando o Brasil entra na segunda fase da revolução industrial, isto é, a dinâmica econômica brasileira passa a ser comandada pelos setores mais produtivos e dinâmicos (de consumo durável, intermediários e de capital), que requeriam maior grau de tecnologia empregada, vultuosos investimentos financeiros e mão de obra qualificada.



Pacheco (1996). Diniz tem seu enfoque de pesquisa para a década de 1980, observando a migração da atividade industrial para além de SP, contudo concentrada em polos de crescimento. Já Pacheco, faz seu estudo acerca do processo de fragmentação regional da economia brasileira pela implementação das políticas neoliberais durante a década de 1990.

Para Diniz (1993), a desconcentração industrial no Brasil na década de 1980 é limitada em polos de crescimento. O autor afirma que apenas um grupo limitado de municípios capturou a maior parte das atividades econômicas, conformando o que ele denomina de desenvolvimento poligonal, formado pelas cidades de: Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis e São José dos Campos. Este grupo de cidades estavam aptas para receber tais investimentos, pois contavam com boa infraestrutura urbana, mão de obra qualificada, proximidade com os mercados consumidores de maior renda e avançados centros de pesquisa e tecnológicos.

Pacheco (1996), considera como fator primordial da primeira fase da desconcentração nacional (1960/1970) as políticas públicas de desenvolvimento regional. Porém, após a crise econômica dos anos 1980/90, a tônica da desconcentração passa a ser outra. Devido ao processo de abertura comercial promovido pelo governo na década de 1990, o comércio internacional ganhou intensidade e papel de preponderância nas políticas regionais que foram adotadas. As regiões passaram a adequar sua produção de acordo com a demanda externa. Ou seja, a descentralização industrial no Brasil, a partir da década de 1990, passa a ser induzida pelo comércio internacional, o que leva o país ao de fragmentação da economia nacional.

Já o período de 2002 a 2010 é marcado pela desconcentração industrial espúria. Isto é, a desconcentração produtiva pouco incidiu de fato nas regiões brasileiras, sendo algo mais puramente de efeitos estatístico do que significativo, em termos produtivos. Ainda assim, a desconcentração produtiva foi movida por deslocamentos produtivos em busca das commodities regionais/estaduais, principalmente para as áreas de exploração das fronteiras agropecuárias, agroindustriais e minerais (Cano, 2011). Além disso, o crescimento amparado pelo mercado de consumo em massa, teve maior impacto nas regiões mais pobres do país, especialmente Norte e Nordeste, quando através das políticas de transferência de renda (Bolsa Família, Aumento real do salário mínimo, Recomposição da previdência rural e urbana), políticas sociais (Pronatec, Pronaf, Prouni, interiorização das universidades), investimentos públicos (PAC, em infraestrutura, Minha Casa Minha Vida,



exploração do Pré-Sal, construção de refinarias e estaleiros) e expansão do crédito, houve grande expansão do consumo, o que gerou estímulos a rede de comércio e serviços no interior e regiões mais pobres do país, crescimento de cidades médias, e redução das disparidades regionais de crescimento, mas com grande ressalva de que não houve intrínseco processo de desenvolvimento regional.

Revisitado o processo de integração, concentração e desconcentração da indústria nacional, é necessário observar que a cada novo ciclo econômico nacional a economia alagoana foi impactada. É necessário agora enfatizar a trajetória da economia alagoana ao longo desse processo. Assim, a seção 3 buscará analisar mais especificamente quais foram os impactos das dinâmicas econômicas nacionais e regionais em Alagoas. Para isso, é necessário fazer uma análise do desempenho econômico comparativo com outros Estados nordestinos, acompanhar as oscilações das principais atividades econômicas e observar o direcionamento dos investimentos públicos realizados no estado.

3 Transformações recentes da economia alagoana: especialização regressiva na produção do açúcar e álcool (1985-2010).

Alagoas, as políticas de desenvolvimento regional enfrentaram uma série de obstáculos, dentre eles, as dificuldades de rompimento da estrutura produtiva tradicional baseada na agroindústria sucroalcooleira, até houve entre 1980 a 1985, período de maior crescimento econômico- decorrente da maturação dos investimentos federais associados ao IAA⁸, o Proálcool⁹ e ao II PND- um “ensaio” da diversificação produtiva, mas que não se

⁸ Através de financiamento, proteção de produção, concessões, investimentos em C&T e produtivos, várias foram as formas de auxílio do IAA, fundado em 1933, aos usineiros de todo país, especialmente os nordestinos. A partir da década de 1960, são esses os programas, fundos e planos oriundos do IAA: O Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1961); Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste/Funagro (1963); Fundo Especial de Exportação (1965); Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965); Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971); Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar/ PLANALSUCAR (1971).

⁹ Alagoas, durante o período do programa (de 1975 até meados dos anos 80), foi o estado do Nordeste e um dos estados no Brasil mais beneficiado quando angariou 7% do total de projetos aprovados, atrás apenas de São Paulo (42,5%) e Minas Gerais (10,5%); e recebeu 8,1% do total de recursos destinados pelo programa, novamente atrás de São Paulo (36,0%) e Minas Gerais (10,3%) (Shikida e Bacha, 1999). Estes projetos e investimentos provenientes do programa geraram uma transferência de recursos públicos de cerca de 700 milhões de dólares para setor sucroalcooleiro no Estado. A produção de álcool, que era inexpressiva somente com três destilarias, passou a ser a segunda maior do país e a primeira da região nordeste já em 1978. Os recursos obtidos pelo



perpetuou ao longo dos períodos subsequentes, principalmente a partir dos anos 90, pelo desmantelamento das políticas públicas de investimento regionalizados e (re)primarização da pauta exportadora .

De qualquer modo, essa diversificação produtiva excepcional no período (1980-1985) foi impulsionada pelo setor de bens intermediários, notadamente do químico, através dos investimentos públicos realizados no Polo Cloquímico Alagoano (PCA). Até 1960, a estrutura produtiva era marcada pela forte presença de bens de consumo não duráveis, que detinham 93,6% do valor da produção, 91,1% do valor da transformação industrial (VTI), 88,9% do emprego e 92,3% da massa salarial do total do setor industrial. Os gêneros “têxteis” e “produtos alimentares” mantinham sua extrema dominância na estrutura industrial, que registravam respectivamente 30,9% e 54,5% do VTI, 36,6% e 58,2% da produção, 46,3% e 40% do emprego e 43,4%, e 43,0% da massa salarial industrial alagoana. Há importante modificação na estrutura produtiva alagoana, até 1985, principalmente a partir de 1980, quando se percebe um exponencial crescimento do setor de bens intermediários. Os bens intermediários que em 1960 tinham 8,7% do VTI, 6,3% da Produção, 7,3% da massa salarial e 10,5% dos empregos passam para respectivamente 49,9%, 46%, 29,7% e 23,1%, tal crescimento perpassa quase que exclusivamente pela alteração do setor químico alagoano, quando cresceu de 1,9% para 42% do VTI alagoano; 1,3% para 42,1% da produção; 0,5% para 20,3% da massa salarial total e 0,7% para 13,6% dos empregos industriais alagoanos, como podemos ver pela **tabela 01**.

Proálcool originaram a construção de 20 destilarias anexas e 9 autônomas em um período de 8 anos. Com todos esses benefícios o setor sucroalcooleiro alagoano multiplicou a produção de álcool em 25 vezes, quase duplicou a produção de açúcar e triplicou sua área plantada com cana de açúcar (Carvalho, 2000).



Tabela 01-Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário (em %)

Anos	1960				1970				1975				1980				1985			
	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI
Indústria extrativa	0,2	0,1	0,0	0,1	0,8	0,6	0,6	1,4	0,7	0,8	0,7	1,5	0,3	0,4	0,3	0,7	0,1	0,2	0,0	0,6
.Extração de minerais	0,2	0,1	0,0	0,1	0,8	0,6	0,6	1,4	0,7	0,8	0,7	1,5	0,3	0,4	0,3	0,7	0,1	0,2	0,0	0,6
Indústria de transformação	99,8	99,9	100,0	99,9	99,2	99,4	99,4	98,6	99,3	99,2	99,3	98,5	99,7	99,6	99,7	99,3	99,9	99,8	100,0	99,4
Bens de Consumo Não-Duráveis	88,9	92,3	93,6	91,1	82,0	85,6	89,8	86,5	79,3	80,6	76,6	74,2	72,6	66,1	59,3	58,5	73,2	65,7	51,1	45,7
.Mobiliário	2,6	2,2	1,5	2,1	2,1	0,9	0,7	1,1	1,6	0,7	0,5	0,6	1,9	1,5	0,6	1,0	1,5	1,4	0,5	0,5
.Produtos farmacêuticos e medicinais	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	xx	xx										
.Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,2	0,2	0,5	0,3	0,1	0,1	0,1	0,3	xx	xx										
.Têxtil	46,3	43,4	30,6	30,9	20,5	18,4	12,7	15,7	10,9	8,6	11,2	10,1	6,8	6,8	6,6	6,1	3,9	3,2	4,9	5,1
.Vestuário, calçados e artefatos de tecido	1,5	1,0	0,9	1,0	1,9	1,4	1,9	2,3	2,5	1,8	2,5	4,0	2,6	1,9	2,5	2,4	1,0	0,7	0,5	0,4
.Produtos alimentares	34,6	43,0	58,2	54,5	53,1	59,2	71,6	63,1	55,9	64,2	58,5	55,7	51,7	49,1	45,3	43,4	57,3	53,6	39,2	33,8
.Bebidas	1,0	0,7	0,6	0,9	2,1	2,5	1,8	2,1	0,5	0,1	0,2	0,2	0,6	0,7	0,4	0,4	0,9	0,7	0,6	0,7
.Fumo	1,2	0,3	0,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	2,3	2,8	1,6	6,8	2,9	2,9	3,5	6,9	3,8	4,7	4,3
.Editorial e gráfica	1,6	1,5	0,8	1,1	2,2	3,1	1,0	1,9	1,9	2,8	1,0	1,9	2,2	3,2	1,0	1,7	1,6	2,2	0,8	0,9
Bens Intermediários	10,5	7,3	6,3	8,7	15,9	12,6	9,2	11,4	14,5	10,9	15,2	13,2	23,2	28,2	37,6	37,2	23,1	29,7	46,0	49,9
.Mineral não metálico	6,6	4,2	2,7	4,0	9,0	4,4	2,1	3,5	9,3	5,5	3,3	5,7	9,5	7,3	6,8	10,1	6,0	5,3	0,4	5,2
.Madeira	1,8	1,8	1,2	1,3	1,8	1,0	0,6	0,8	1,4	0,8	0,8	1,0	1,9	1,3	0,7	1,1	1,4	1,1	0,3	0,4
.Papel e papelão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Xx	xx	xx	xx	0,1	0,1	0,1	0,1	xx	xx	xx	xx
.Borracha	0,2	0,2	0,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,2	0,2	0,4	0,8	xx	xx	xx	xx
.Couros e peles e produtos similares	0,5	0,4	0,4	0,4	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
.Química	0,7	0,5	1,3	1,9	1,2	1,0	4,6	4,5	1,8	2,8	9,3	5,0	9,3	17,0	26,8	22,0	13,6	20,3	42,1	42,0
.Produtos de materiais plásticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	xx	xx	xx	xx	0,6	0,5	0,4	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2
.Metalurgia	0,7	0,4	0,5	0,6	3,7	6,1	1,8	2,6	1,7	1,6	1,6	1,4	1,2	1,6	2,1	2,2	1,6	2,6	2,7	2,0
Bens de Consumo Duráveis/Capital	0,4	0,3	0,1	0,1	1,3	1,2	0,4	0,7	5,5	7,7	7,6	11,1	4,0	5,4	2,8	3,7	3,6	4,5	2,9	3,9
.Mecânica	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,3	0,5	4,7	7,1	7,0	10,3	2,7	4,1	2,1	2,8	3,0	3,9	2,7	3,5
.Material elétrico e de comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	xx	xx						
.Material de transporte	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,5	0,4	0,6	1,1	1,1	0,6	0,9	0,4	0,3	0,2	0,3
.Diversas	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir dos censo industriais (1960;1970;1975;1980;1985).

Nota: Mão-de-Obra (M-D-O); Valor de Transformação Industrial (VTI); Valor de Produção (P); Salário (S).

Nota²: A referência "xx" indica que não há dados disponíveis.



Porém, quando os investimentos estatais ficaram mais escassos a partir de 1985, o setor químico decresceu e perdeu participação relativa na estrutura produtiva alagoana, enquanto a agroindústria canavieira se reforçava por conta do aumento das exportações de *commodities* e matérias-primas a partir dos anos 90 ou seja, do crescimento econômico novamente atrelado ao padrão de acumulação exportador.

Como bem podemos ver pela **tabela 02**, em virtude da baixa diversificação produtiva, Alagoas não conseguiu desenvolver setores econômicos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico estadual. O PIB alagoano praticamente não sofreu alterações ao longo dos anos dentro da participação regional.

Tabela 02: NORDESTE: Participação dos Estados no PIB do Nordeste – 1970-2010 (%)

Estados	Anos								
	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Alagoas	5,8	5,7	5,5	6,1	5,5	4,9	4,9	5,0	4,8
Bahia	32,5	33,4	36,2	37,9	34,9	32,4	33,4	32,4	30,4
Ceará	12,3	11,7	12,9	12,2	12,6	15,1	14,4	14,6	15,3
Maranhão	7,0	6,6	7,1	5,3	6,2	6,1	6,4	9,0	8,9
Paraíba	6,1	6,3	5,5	5,1	6,6	6,4	6,4	6,0	6,3
Pernambuco	24,9	24,3	21,2	18,6	20,7	21,1	20,2	17,8	18,8
Piauí	3,1	3,2	3,1	2,8	3,5	3,8	3,7	4,0	4,3
Rio Grande do Norte	4,6	5,3	5,3	5,5	5,6	5,7	6,4	6,4	6,4
Sergipe	3,7	3,6	3,3	6,5	4,5	4,3	4,1	4,8	4,7
Nordeste	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Alagoas/Brasil	0,7	0,6	0,7	0,9	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7
Nordeste/Brasil	11,7	11,1	12	14,1	12,9	12,8	13,1	13,1	13,5

Fonte: IPEADATA (1970-2010)

Na verdade, é justamente no período de 1980-1985, quando houve esse “ensaio de mudança” que Alagoas apresentou leve crescimento da sua participação no PIB regional. Atualmente a participação relativa de Alagoas na economia do Nordeste ainda é muito pequena e decresceu ao longo dos anos chegando a participar com apenas 4,8% no PIB regional, em 2010.

A queda do PIB alagoano na participação regional deve ser atribuída ao processo de *especialização regressiva* da pauta produtiva alagoana, isto é, novo



aumento do setor de bens de consumo não-duráveis na estrutura produtiva estadual, especialmente o segmento de alimentos e bebidas em detrimento dos demais setores mais dinâmicos, como o de bens intermediários. Por sua vez, essa especialização regressiva pode ser atribuída ao processo de abertura do mercado, reestruturação produtiva, desregulamentação setorial, liberalização dos preços administrados do açúcar e do álcool, redução dos investimentos e financiamentos públicos federais, e “fragmentação” da nação. Vejamos como se deu este processo regressivo.

Nos anos 1990, o complexo canavieiro alagoano passou por profundas alterações no quesito tecnológico e produtivo, como a reestruturação produtiva baseada na intensificação da mecanização, modernização, aumento da produtividade e concentração do capital sucroalcooleiro. Entre 1990 e 2000, houve uma variação de 32,48% no rendimento (ton/hect), na produção alagoana, já em Pernambuco essa variação foi de apenas 2,00%. O estado de Pernambuco teve uma variação negativa de 26,4% na cana produzida, - 10,9% de área plantada, -19,0% de área colhida. Em Alagoas esses percentuais foram de 12,9% para a variação da produção, -8,9% de área plantada, -8,5% de área colhida, isto é, aumento da produtividade (SINDIAÇÚCAR-AL, 2013). Esses dados mostram o reforço ao plantio sucroalcooleiro no Estado, o que colocou Alagoas como principal produtor nordestino a partir da segunda metade da década de 1990. A atividade tradicional do estado não foi desarticulada, pelo contrário, reforçada. Mas como explicar o crescimento produtivo e tecnológico do plantio em pleno período de crise econômica nacional nos anos 90?

Ocorre que além da vigência do padrão de reprodução nacional ancorado em *commodities* e matérias-primas, o processo de modernização não ocorreu sob forte amparo do Estado, através do “acordo dos usineiros” de 1989, sancionado pelo então governador Fernando Collor de Mello (1987-1989), que tomou de assalto os cofres públicos para promover a reestruturação e modernização do setor agroindustrial sucroalcooleiro na década de 1990 em detrimento da corrosão de grande parte do erário público em investimentos e serviços públicos estaduais. Assim, além de não abrir o mercado agroindustrial sucroalcooleiro para investidores estrangeiros e mantê-lo cativo sob a tutela das mesmas famílias que secularmente dominam a atividade, o Estado ainda proporcionou que estas mesmas famílias conseguissem modernizar e reestruturar seu plantio, a colheita e a fabricação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro em Alagoas. Ou seja, o processo de modernização e expansão do



setor, após o fim do padrão de regulação estatal que historicamente protegia o setor e a abertura de um novo padrão de concorrência¹⁰ com competidores extra-regionais mais produtivos, e em pleno período de crise econômica, foi financiado pelo cofre público estadual, que atendeu aos interesses da classe mais privilegiada, os usineiros, direcionando o estado para a especialização da produção em açúcar e álcool após um breve período de diversificação produtiva e crescimento econômico.

A **tabela 03**, reforça a hipótese da *especialização regressiva* da estrutura produtiva alagoana, especialmente se comparada com a **tabela 01**. A **tabela 03** demonstra a força oriunda do setor sucroalcooleiro, como podemos ver pelo crescimento do setor de bens de consumo não-duráveis (BCND), especialmente do setor de alimentos, que equivale a produção da cana-de-açúcar, em detrimento do setor de bens intermediários (BI). A produção dos BCND, saem de uma participação de 38,98% do VTI em 1995 para 70,18% do VTI em 2010, porém há uma redução dos estabelecimentos (59,66% em 1995 para 43,23% em 2010) o que indica maior concentração e centralização do capital agroindustrial sucroalcooleiro. Enquanto isso, é observado forte queda em BI, quando participava em 53,36% do VTI em 1995 para 20,95% do VTI em 2010. Há, portanto, uma regressão produtiva, baseado na especialização da produção em açúcar e álcool. Isto acontece porque o setor agroindustrial sucroalcooleiro conseguiu orientar as políticas públicas a seu favor, como no caso do “acordo dos usineiros”, aqui já tratado, além de uma conjuntura de política econômica favorável à sua expansão, como a desvalorização cambial e da expansão na produção de *commodities* exportáveis, principalmente devido ao *fator China*, especialmente no período de 2005 a 2010.

Tabela 03 - ALAGOAS: INDÚSTRIA - Participação relativa de estabelecimentos, VTI - 1995 e 2010 (%)

Classes e gêneros da indústria	Ano 1995		Ano 2010	
	Estabelecimentos	VTI	Estabelecimentos	VTI
Indústrias extrativas e de	0,84	7,26	5,26	1,48

¹⁰ Este novo padrão de concorrência significava a desregulamentação setorial a partir das eliminações dos impostos às exportações, fim das barreiras à entrada de novos produtores, fim dos mercados preferenciais, extinção do IAA, desativação do Proálcool e liberalização dos preços do açúcar cristal e do álcool anidro e hidratado de acordo com a volatilidade do mercado.



produtos minerais				
Indústria de transformação	99,16	92,74	94,74	98,52
Bens de Consumo Não Durável	59,66	38,98	43,23	70,18
Produtos alimentares	43,7	36,77	34,95	62,61
Bebidas	1,68	-	3,02	6,83
Bens Intermediários	22,69	53,36	19,45	20,95
Minerais não-metálicos	7,56	3,5	9,2	4,32
Química	13,45	49,86	3,81	13,29
Produtos de matérias plásticas	1,68	-	6,44	3,34
Bens de Consumo durável e de Capital	5,88	0,4	14,46	3,64
Mecânica	5,88	0,4	14,46	3,64

Fonte: PIA - IBGE (1995, 2010)

Uma observação importante a partir dessa tabela é que com esta configuração produtiva baseada na centralização da produção industrial em bens de consumo não-duráveis, especialmente do setor dos produtos alimentares, Alagoas, anacronicamente, praticamente somente produz o mesmo que a Inglaterra na primeira fase da revolução industrial no século XVIII e o que SP produzia em meados da década de 30. O sustentáculo da economia canavieira e por extensão do Estado é determinado na esfera das relações comerciais, principalmente no mercado internacional. Isto indica que o processo de articulação comercial ainda não tivesse sido superado pela integração produtiva em Alagoas.

Chama a atenção que apesar da hipótese sobre a especialização regressiva, se observamos os dados acerca da participação setorial do PIB alagoano, conforme a **tabela 04**, veremos que a estrutura produtiva alagoana apresenta uma queda significativa de participação do setor agropecuário, leve queda da indústria e forte crescimento dos serviços. Porém, como podemos falar então de regressão e especialização da produção alagoana se há um declínio do setor agropecuário e avanço dos serviços?

**Tabela 04: ALAGOAS: Participação setorial do PIB - 1990-2010 (%)**

Atividades	1990	1995	2000	2005	2010
Agropecuária	22,8	17,8	15,2	8,6	6,7
Indústria	24,3	21,4	21,9	27,1	21,2
Indústria extrativa	-	-	-	1,3	0,9
Indústria de transformação	14,7	11,0	11,8	12,9	9,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,5	3,9	3,6	6,8	4,4
Construção civil	8,1	6,5	6,5	6,2	6,6
Serviços	52,9	60,8	62,9	64,3	72,1
Comércio	11,7	8,9	8,4	10,5	15,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,0	2,5	3,0	3,5	4,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	21,2	23,5	22,7	23,8	28,0
Outros serviços	15,0	26,0	28,9	26,6	24,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Contas Regionais (1990-2010)

Para reforçar nossa hipótese é necessário entender o expressivo avanço do setor de serviços pela intensificação da concentração de terras no campo (ver a **tabela 05**), aumento do êxodo rural, a falta de alternativas produtivas¹¹ e da caótica aglomeração urbana em Maceió¹² sem lastro no emprego industrial, fatores esses

¹¹ Tal é a falta de diversificação da economia alagoana que segundo um relatório do Banco do Nordeste de 2008, Alagoas é um exemplo nefasto da concentração econômica e social, da qual três das quatro maiores empresas alagoanas eram usinas. Este dado piora ao denotar também a concentração desse poderio econômico, a qual apenas onze famílias alagoanas controlam vinte das vinte e quatro usinas e destilarias em atividade (Padilha, 2011).

¹² A expansão dos serviços reflete várias deficiências da estrutura produtiva alagoana, dentre elas, a grande concentração da população urbana em Maceió. O aumento do êxodo rural na década 90 devido a mecanização das lavouras, a busca por emprego e renda no comércio e serviços presentes na capital alagoana e falta de alternativas no interior do estado, têm feito de Maceió o grande destino das migrações rurais e urbanos do interior alagoano. Em 2010, Maceió concentrava cerca de 40% da população urbana total do estado. Se adicionarmos Arapiraca e Rio Largo este percentual de concentração chega perto dos 50% da população urbana total de Alagoas. Com o crescimento descontrolado de Maceió, as propriedades urbanas tiveram um crescimento vertiginoso no preço de suas terras. Essa expansão da demanda ocasionou dois efeitos. Primeiro, o aumento frenético dos preços dos imóveis na cidade, causando o segundo efeito, a ocupação da periferia urbana. Além disso, outros problemas urbanos verificados em grandes cidades também estão presentes na capital



todos relacionados ao avanço da agroindústria sucroalcooleira. Vale ressaltar que a maior parte destes serviços são ligados com atividades de baixa remuneração, como serviços pessoais e domésticos, o comércio e a economia informal. Isto é, os serviços se expandem como “válvula de escape” para a obtenção de renda e superação da miséria em Alagoas. O crescimento da participação do setor de serviços não indica melhora no desenvolvimento econômico, ou, diversificação da atividade produtiva, mas uma consequência nefasta do domínio da cana no Estado. Sem indústrias, o setor terciário de baixa remuneração surge como uma alternativa de sobrevivência.

No que diz respeito às atividades agropecuárias, os últimos Censos Agropecuários, 1995 e 2006, mostram que há um aumento da concentração de terras em no estado. Em Alagoas, em 1995, os estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam 80,6% do total de propriedades, porém ocupando 10,3% da faixa de terra, enquanto 0,2% dos proprietários com mais de 1000 hectares controlavam 19,3% das áreas do estado. Já em 2005 as áreas com menos de 10 hectares representam 82,20% dos estabelecimentos agrários ocupando 10,7% do total da área de Alagoas, enquanto as áreas de 1.000 hectares ou mais continuam representando apenas 0,2% dos estabelecimentos, que, contudo, ocupam 27% da área total. Isso representa o aumento da concentração de terras. A grosso modo é muita gente para pouca terra e muita terra pra pouca gente, conforme a **tabela 05**.

Tabela 05 – ALAGOAS: Grupo de área total - Área e estabelecimento – 1995-2006

Estratos	Estabelecimentos				Área			
	1995	%	2006	%	1995	%	2006	%
Menos de 10 ha	92.736	80,6	101.331	82,2	220 023	10,3	226.342	10,7
10 a menos de 100 ha	18.625	16,2	18.774	15,2	545 369	25,5	526.562	24,9
Menos de 100 há	111.361	96,8	120.105	97,4	765.392	35,7	752.904	35,6
100 a menos de 1.000 ha	3.487	3,0	3.027	2,5	963 371	44,9	789.183	37,4
1.000 ha e mais	190	0,2	200	0,2	413.698	19,3	570.487	27,0
Total	115.038	100	123.332	100	2.142.461	100	2.112.574	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995 e 2006

alagoana, como a violência, déficit habitacional, deficiência nos serviços de transporte, saúde, educação, periferização dos assentamentos urbanos, trabalho informal, etc.



A ocupação das terras é sinônimo de lavouras canavieiras, isto porque as lavouras temporárias representam 95,9% de toda a área colhida no estado, e dentro dessas, a cana-de-açúcar é (e sempre foi) o grande destaque. Apesar de ter apresentado uma queda de participação na década de 1990, foi recuperando sua posição no cenário estadual e chega a participar com 76,1% entre as principais culturas temporárias, em 2010. As culturas feijão em grão e fumo tiveram uma queda ao longo dos anos, já a mandioca e o milho cresceram suas participações, como podemos ver na **tabela 06**. Já as lavouras permanentes praticamente não existem em Alagoas. Representam apenas 4,1% do total de área colhida, em 2010. O maior destaque é para o coco-da-baía, com 2,1% de toda a produção agrícola estadual.

Tabela 06: ALAGOAS: Participação das principais culturas temporárias em termos de área colhida (%) - 1990-2010

Anos	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Fumo	Mandioca	Milho	Total
1990	72,5	12,3	3,4	2,6	6,6	100
1995	58,0	19,1	3,1	4,5	12,4	100
2000	69,4	12,7	2,7	3,9	8,8	100
2005	65,8	14,3	1,7	3,3	11,7	100
2010	76,1	9,5	1,8	3,6	7,6	100

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010

Assim, o reflexo da falta de política industrial, da concentração de terras, da centralização e especialização regressiva produtiva e da falta de alternativas de emprego e renda é o surto de expansão do setor de serviços, que mais cresceu ao longo dos anos. Tal fato indica a fragilidade da economia alagoana, com uma indústria de transformação pouco expressiva e uma agricultura baseada sobretudo na atividade sucroalcooleira. No total, os serviços foram responsáveis por mais de 70% do PIB no estado. Vale lembrar que, diferentemente do que ocorre em algumas localidades, os serviços em Alagoas estão vinculados a pequenas atividades com baixo valor agregado, como serviços pessoais e domésticos.

Por fim, pode-se dizer que a economia alagoana não conseguiu promover a diversificação produtiva necessária para atender às demandas de emprego e renda da sua população. Nos anos recentes a transformação na economia alagoana no período



de 1985-2015 ocorreu em sentido regressivo, reforçando a especialização na produção de açúcar e álcool.

Conclusões

Pode-se perceber que os investimentos produtivos no país sempre estiveram atrelados principalmente ao apoio estatal. A partir dos anos 1960 e 1970, além de alavancar os investimentos o governo também procurou amenizar as discrepâncias entre as regiões por meio das políticas públicas de desenvolvimento regional, cujo objetivo era dinamizar, industrializar e interligar todas as regiões do Brasil. Além dessas políticas públicas de investimentos públicos diretos e indiretos, a presença de importantes recursos naturais, necessários ao processo de industrialização, foi também razão para a desconcentração produtiva do período. Para atrair os investimentos necessários a produção da indústria pesada, foi imprescindível que o Estado promovesse melhorias de infraestrutura, subsidiasse a instalação das industriais, concedesse empréstimos de baixos juros, aumentasse a oferta de crédito, promovesse a isenção tarifária de alguns tributos, entre outros mecanismos de incentivos ao investimento. Em busca desses benefícios, e movidas pelos investimentos do setor público, as indústrias foram atraídas pelo plano estatal para as regiões mais periféricas e dinamizaram a economia regional.

Alagoas, contudo, estava na contramão desta corrente desenvolvimentista. Se por um lado alguns dos Estados nordestinos como Pernambuco, Sergipe, Ceará e Bahia, estavam atraindo vários tipos de investimentos, o Estado alagoano bloqueava aqueles que aqui queriam investir. A razão para o retrocesso da economia alagoana é a predominância do grupo político-econômico-social, os usineiros, no comando dos direcionamentos produtivos presentes em Alagoas, assim, com o comando do Estado sob a tutela dos usineiros, Alagoas foi engessada do progresso mais pujante quanto ao processo industrial, agrícola econômico, tecnológico, social e financeiro. As políticas públicas regionais não visavam este conservadorismo, pois o objetivo era justamente o oposto, modificar a antiga estrutura para dinamizar a economia regional a partir de uma nova configuração econômica. A única relevância industrial das políticas públicas regionais para o foi a instalação da indústria química, que contudo, não alterou o perfil produtivo do Estado.



A economia Alagoana manteve sua centralidade na produção de açúcar e álcool, principalmente a partir de medidas internas para sua modernização e expansão. Para que isso fosse possível o governo Estadual criou vários fundos, teve grande captação e inserção dos recursos advindos do IAA e do Proálcool, cedeu empréstimos a juros baixíssimos com longos prazos de pagamento, subsidiou a produção, concedeu incentivos fiscais e financeiros, entre outros programas de estímulo ao desenvolvimento sucroalcooleiro, como o “acordo dos usineiros”. Em suma, o controle e ação do Estado por parte dos usineiros foi fundamental para manter o segmento sucroalcooleiro como principal atividade econômica de Alagoas.

Dado os elementos supracitados o que se pode verificar é que não houve uma maior dinamização das atividades produtivas e nem profundas alterações na estrutura econômica, principalmente a industrial. Não se observou em Alagoas o estabelecimento da modernização das atividades tradicionais comandados por grupos econômicos extra regionais. Alagoas é um caso em que a ação política dos grupos sociais vinculados à atividade canavieira conseguiram isolar a estruturas produtivas local das transformações em curso, “fechando” o Estado para a possibilidade de outras alternativas econômicas.

Assim, desenvolveu-se em Alagoas uma estrutura produtiva a partir de atividades nitidamente terciárias, sem uma participação crescente (ou importante) do setor industrial, apresentando uma tendência à hipertrofia, à proliferação de serviços públicos ou de baixa remuneração e de atividades ligadas à economia informal.

Portanto, o que podemos concluir é que há uma *especialização regressiva* em voga na economia alagoana, baseada na centralidade da produção em açúcar e álcool. As bases para os desafios do Estados começam a partir da dependência do setor público para com o grupo econômico/político dominante, os usineiros, que causaram e causam grandes prejuízos para Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Governo do Estado. **Anuário Estatístico de Alagoas**. Maceió, 2012.

_____. **Contas Regionais do Estado de Alagoas 2006-2010**. Vol 12. Maceió, 2012.



ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Herança de diferenciação e futuro da fragmentação.** Estudos avançados. Editora: Fundap/Unesp. São Paulo, 1997

_____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

AUTOR, 2015.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995.** 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998b. (30 Anos de Economia – Unicamp, 2).

_____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005.** 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CARVALHO, Cícero Péricles de: **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana.** 3 ed. Maceió: Edufal, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil. In KON, A. (Org). **Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil.** Editora Perspectiva: São Paulo, 2002.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: Edufal, 2012.

FEITOSA, Cid Olival. **As transformações recentes da economia sergipana: 1970-2005.** Campinas/SP, 2007. (Dissertação de Mestrado)

FURTADO. Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 22 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

_____. **A Fantasia Desfeita.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Obra Autobiográfica de Celso Furtado), 1997.

GOMES, Fábio Guedes. **A inserção da economia alagoana na recente dinâmica do crescimento regional.** Revista de Economia Política do Desenvolvimento. Maceió. Vol 4, nº 10, p. 151-186, 2011.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, (Publicação de Documentos Técnicos e Científicos), 1997.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1989.

LIMA, Araken Alves. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional.** Campinas/SP, 2006. (Tese de Doutorado).



LIRA, Fernando José de. **Crise, Privilégio e Pobreza**. Maceió/AL. Editora: Edufal 1997.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O Polo Cloroquímico de Alagoas**. Série Aportamentos. Maceió. Editora: Edufal, 1997.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, n. 6, p. 113-40. Campinas, 1996.

PADILHA, TIAGO. **Doce Verde Amargo**: Traços da Influência da Cana-de- Açúcar na Sociedade Alagoa. Brasília. Editora: UnB, 2011.

SINDIAÇÚCAR. **Evolução da produção de Cana, Açúcar e Etanol do Estado de Alagoas**: Safra de 2009/2010. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/wp-content/uploads/2011/06/safra-87-88-09-10.pdf>. Acesso em: 12/08/2014, 2013.

MACEDO, F. C. de. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008) (Tese de Livre-docência). Campinas: IE/Unicamp, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Contribuição á revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia), 1998.

OLIVEIRA, F. **Noiva da Revolução / Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo, Boitempo, 2008

PADILHA, TIAGO. **Doce Verde Amargo**: Traços da Influência da Cana-de- Açúcar na Sociedade Alagoa. Brasília. Editora: UnB, 2011.

RAMOS, P. A. **A questão agrária e a evolução da produção agropecuária no Brasil: a reforma ausente e a volta ao passado no subdesenvolvimento industrializado**. Tese (livre-docência). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2015 (meio eletrônico).

SINDIAÇÚCAR. **Evolução da produção de Cana, Açúcar e Etanol do Estado de Alagoas**: Safra de 2009/2010. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/wp-content/uploads/2011/06/safra-87-88-09-10.pdf>. Acesso em: 12/08/2014, 2013.

SUDENE. **Contas Regionais/Estudos Econômicos**. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/economicos/carta2000/atividadeGlobal.html>. Acesso em 11/08/2014, 1999.